

### MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº

13805.001036/93-88

Recurso nº

11.412 - EX OFFICIO

Matéria

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - EXS: 1989 E 1990

Recorrente Interessada DRJ EM SÃO PAULO - SP

II (IC) CSSAUA

AGAPRINT INFORMÁTICA LTDA.

Sessão de

09 de janeiro de 1998

Acórdão nº

103-19.161

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO - As autuações reflexas, em virtude da íntima relação de causa e efeito, seguem o mesmo tratamento do auto matriz.

A solução dada ao processo matriz, relativo ao imposto de renda pessoa jurídica, aplica-se ao litígio decorrente em tema de CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.

Negado provimento ao recurso ex officio.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM SÃO PAULO - SP.,

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso ex officio, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

CANDIDO RODRIGUES NEUBER PRESIDENTE E RELATOR

FORMALIZADO EM: 2 () NOV 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: VILSON BIADOLA, EDSON VIANNA DE BRITO, NEICYR DE ALMEIDA, VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE, MÁRCIO MACHADO CALDEIRA E SILVIO GOMES CARDOZO. AUSENTE A CONSELHEIRA SANDRA MARIA DIAS NUNES.



Processo nº:

13805.001036/93-88

Acórdão nº:

103-19.161

Recurso nº :

11.412 - EX OFFICIO

Recorrente:

DRJ EM SÃO PAULO /SP

#### RELATÓRIO

O Senhor Delegado da Receita Federal em SÃO PAULO - SP, recorre de sua decisão de fls. 90/91, que exonerou o sujeito passivo de quantia superior ao limite de alçada.

A autuação refere-se a lançamento de Contribuição Social decorrente da exigência de IRPJ apurada através do processo nº 13805.001035/93-15.

Trata-se, portanto, do recurso ex officio da decisão de primeira instância que exonerou o sujeito passivo da exigência da Contribuição Social s/ lucro, lançada com base no artigo 2º da Lei nº 7.689/88, referente aos exercícios financeiros de 1989 e 1990, períodos bases de 1988 e 1989, decorrente de lançamento de IRPJ por arbitramento do lucro constante do processo contra ela instaurado, conforme auto de infração de fis 11 a 13.

Devidamente impugnada, a matéria mereceu a seguinte decisão da recorrente, conforme explicitado às fls. 90/91.

"A improcedência do lançamento efetuado no processo matriz implica cancelamento da exigência fiscal dele decorrente.

Impugnação tempestiva, que se reporta, ao mérito discutido no processo principal."



## MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no:

13805.001036/93-88

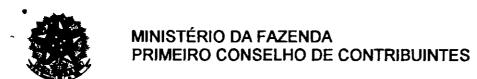
Acórdão nº:

103-19.161

A autoridade de primeira instância, considerando que a ação fiscal do processo matriz foi julgada improcedente naquela instância, e que a decisão no processo

reflexo segue o decidido no processo matriz julgou improcedente a exigência fiscal determinando o cancelamento do crédito tributário correspondente.

É o relatório.



Processo nº:

13805.001036/93-88

Acórdão nº :

103-19.161

#### VOTO

# Conselheiro CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER, Relator

O recurso atende os requisitos legais e deve ser conhecido.

A matéria a ser examinada neste recurso de ofício refere-se a lançamento de Contribuição Social sobre o Lucro decorrente de lançamento de IRPJ. Tendo sido negado provimento ao recurso de ofício do processo matriz, que cancelou totalmente a exigência ali tratada, e sendo este exclusivamente decorrente daquele, aplica-se o mesmo tratamento.

Desta forma, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 09 de janeiro de 1998

ANDIDO RODRIGUES NEUBER